

Nomenclatura de Compostos Orgânicos: modificações na legislação x objetivos dos livros didáticos do ensino médio a partir de 1970

Ana Cristina S. Matos (IC)¹, Bárbara C. T. Moreira (PQ)¹, Dalila Dumas (IC)¹, Ivana P. S. Santana (IC)¹, Maria Antonieta P. A. Santiago (IC)¹, Marly F. A. Carvalho (PQ)^{1*} mcarvalho@uneb.br

¹Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Universidade do Estado da Bahia.

Palavras Chave: Nomenclatura, Ensino Médio, Orgânica.

Introdução

Avaliando a opinião de professores do Ensino Médio sobre a percepção dos estudantes da disciplina química orgânica, constatou-se que a exigência de grande memorização de informações desperta sentimentos de rejeição e antipatia. Um dos assuntos que requer o critério mencionado acima é a nomenclatura dos compostos orgânicos, conteúdo sempre abordado em vestibulares. Nas últimas décadas, o governo brasileiro realizou mudanças na lei que regulamentam o Ensino Médio, como é chamado atualmente, ou ensino de 2º grau, como passou a ser conhecido na década de 70 até entrar em vigor a Lei 9394/96 (LDB). O objetivo deste trabalho é avaliar se, e como, as mudanças ocorridas a partir da década de 70, influenciaram a abordagem desse conteúdo em livros didáticos do Ensino Médio. Foram selecionados 20 títulos das décadas de 70, 80, 90 e da atual, sendo avaliados os seguintes itens: o destaque dado ao assunto nomenclatura dos compostos orgânicos, o objetivo do autor e o número de exercícios.

Resultados e Discussão

Tabela 01. Características avaliadas em livros didáticos a partir de 1970, para nomenclatura de compostos orgânicos.

Década	Objetivo geral	Nº pag (%)	Nº exerc. (%)
70	Excluir a memorização; facilitar o entendimento; atender às formações geral e específica.	13,49	16,13
80	Preparar para o vestibular; enfatizar conceito e raciocínio.	23,85	25,06
90	Preparar para o vestibular; abordar a química utilizando o cotidiano;	14,21	11,50
Atual	Preparar para o vestibular e concurso; adequar o livro aos novos PCNs do MEC; correlacionar prática e teoria	8,93	16,55

Na década de 70, a legislação direcionou a formação educacional de 2º grau para cursos profissionalizantes procurando desviar o estudante do ensino superior como medida estratégica do regime militar¹. Os autores procuraram adequar seus objetivos às exigências da legislação, entretanto, percebe-se a preocupação velada com os vestibulares. Em 1982, a lei 7044 desobrigou o oferecimento de cursos profissionalizantes e, desta forma, o direcionamento ao vestibular ficou explícito observando-se um aumento significativo no número de exercícios e do percentual do livro dedicado ao conteúdo de nomenclatura de compostos orgânicos. Após a Constituição de 1988, no início da década de 90, os autores demonstraram a preocupação em relacionar a química ao cotidiano com o objetivo de "tornar a disciplina fácil e agradável utilizando uma linguagem simples". Na segunda metade da década de 90, a LDB e os PCNs referendaram as tendências de ensino já apontadas nesta década. Os autores se propuseram a desmistificar o ensino de química estabelecendo um "eficiente e agradável canal ensino-aprendizagem". A partir de 2000, observa-se a tendência dos autores em enfatizar a contextualização do conteúdo, a interdisciplinaridade e a utilização da prática com o objetivo de aprofundar a teoria, adequando-se aos PCNs⁺². Considerando-se o conteúdo analisado, não se observou correlação entre os objetivos dos autores e a forma de abordagem; ao longo das décadas não houve modificação significativa mantendo-se o uso de esquemas e tabelas que objetivam a memorização.

Conclusões

Identificou-se a correlação dos objetivos estabelecidos pelos autores com o contexto político-social-econômico e com as modificações ocorridas na legislação vigente em cada momento. Entretanto, a forma de abordagem não atende a maior parte dos objetivos. No decorrer de todas as décadas, existe uma preocupação comum: preparar o estudante para o vestibular, objetivo nem sempre explícito, mas que em alguns livros são identificados pela grande quantidade de exercícios direcionados.

Agradecimentos

MEC/SESU e PICIN/UNEB, pelas bolsas concedidas.

¹ Pilletti, N. *História da Educação no Brasil*. 6ª Edição. São Paulo: Ática, **1996**. 115-161.

² PCN + Ensino Médio. Brasília. SEMTEC/ MEC, **2002**. 144 p.